

TIC Trens inicia obras do Trem Intercidades em Campinas

Serviço inclui instalação de canteiros para as futuras intervenções ferroviárias

As obras do Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte chegaram a Campinas nesta semana. A concessionária TIC Trens iniciou uma nova frente de serviços na cidade, com atividades preparatórias para as futuras intervenções ferroviárias. Nesta etapa, os trabalhos incluem limpeza dos terrenos, isolamento das áreas operacionais e implantação da infraestrutura dos canteiros de obras.

Segundo a empresa, a conclusão dessa fase permitirá o avanço gradual das próximas etapas previstas no cronograma de implantação das estruturas ferroviárias.

As obras do TIC Eixo Norte começaram no fim de março e vêm sendo executadas de forma gradual no trecho entre Campinas e Jundiaí, com diferentes frentes de trabalho.

O projeto reúne três empreendimentos: o Trem Intercidades (TIC), que fará a ligação entre São Paulo e Campinas; o Trem Intermetropolitano (TIM), que conectará Jundiaí a Campinas, com paradas em Louveira, Vinhedo e Valinhos; e a modernização da Linha 7-Rubi.

O Trem Intercidades será o primeiro trem de média velocidade do país, com velocidade de até 140 km/h e previsão de início de operação em 2031. Já o Trem Intermetropolitano tem entrega prevista para 2029.

Considerado um dos princi-



TIC Trens/Divulgação

Maquinário movimenta terra em canteiro de obras da TIC Trens na cidade de Campinas

pais projetos de mobilidade em andamento no estado, o Trem Intercidades é resultado de articulação entre diferentes esferas de governo e inclui financiamento público e privado.

No âmbito federal, o projeto integra o Novo PAC e conta com recursos do BNDES, que já aprovou cerca de R\$ 6,4 bilhões para o empreendimento. Em agenda em Araraquara (SP) há cerca de dois meses, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do anúncio de novos investimentos, incluindo mais R\$ 3,2 bilhões

destinados ao TIC Eixo Norte.

À época, Lula destacou a importância das parcerias internacionais para a transferência de tecnologia e geração de empregos, mas também aproveitou o discurso para criticar a ausência do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, no evento. “Lamento que o governador não esteja aqui. Poderia agradecer ou não, mas deveria estar presente. Estamos falando de bilhões em investimentos para São Paulo, para emprego, tecnologia e mobilidade”, afirmou. O presidente

também cobrou reconhecimento pela participação federal em obras no estado e disse que projetos desse porte exigem cooperação institucional. “Não estamos fazendo favor, é obrigação do governo federal, mas é importante que isso seja reconhecido”, declarou.

No plano estadual, o investimento previsto é de aproximadamente R\$ 9,5 bilhões dentro do modelo de concessão, que inclui a participação da iniciativa privada. A concessão foi vencida por um consórcio que reúne empresas

nacionais e estrangeiras, incluindo a chinesa CRRC, responsável pela fabricação dos trens.

O Trem Intercidades terá cerca de 101 quilômetros de extensão e deve reduzir o tempo de viagem entre Campinas e São Paulo para pouco mais de uma hora. O sistema contará com serviço expresso e também operações com paradas ao longo do eixo, ampliando a oferta de transporte regional.

A expectativa é de que o projeto beneficie diretamente 11 municípios e atenda centenas de milhares de passageiros por dia, criando uma alternativa ao transporte rodoviário, atualmente marcado por congestionamentos frequentes.

Além das obras em andamento, estudos técnicos avaliam a implantação de uma via adicional exclusiva para trens expressos, o que pode aumentar a capacidade do sistema e reduzir interferências com outros serviços ferroviários. Inserido em um plano mais amplo de expansão da malha ferroviária paulista, o Trem Intercidades é apontado pelo governo como uma iniciativa estratégica para retomar o transporte de passageiros sobre trilhos em média velocidade no país. A previsão é que o avanço das obras se torne mais visível nas próximas fases, acompanhando a evolução das intervenções ao longo do trajeto entre o interior e a capital.

Vestibular Unicamp: prazo de isenção da taxa é prorrogado

Lucio Camargo/Unicamp

Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp prorrogou o período para solicitar isenção da taxa de inscrição, que valerá tanto para o Vestibular Unicamp 2027 quanto para a modalidade Enem-Unicamp 2027. Os pedidos poderão ser realizados até o dia 26 de junho, exclusivamente pela internet, na página da Comvest. Candidatos de todo o país podem solicitar a isenção. O pré-requisito para receber a isenção, em todas as modalidades, é já ter concluído ou concluir em 2026 o ensino médio.

Os estudantes poderão consultar, no edital, a documentação necessária, específica de cada modalidade, para comprovação exigida no ato da solicitação dos pedidos de isenção. Os documentos devem ser digitalizados e enviados durante o período de inscrição.

A lista dos estudantes contemplados será divulgada em 31 de



A primeira fase será em 18/10, a 2ª nos dias 29 e 30/11

julho. Também a partir dessa data, os contemplados serão informados por e-mail que foram beneficiados. Candidatos que tiverem sua inscrição indeferida poderão impetrar recurso devidamente justificado, por meio da página eletrônica da Comvest, das 9h de 31/7 às 17h

de 3/8. O resultado do recurso será divulgado no dia 7 de agosto. Os candidatos contemplados não são automaticamente inscritos no Vestibular Unicamp 2027 e no Enem-Unicamp 2027. É preciso fazer as inscrições, utilizando o código de isenção fornecido pela Comvest.

Programa promete agilizar débitos de IPTU

O programa Concilia Campinas, criado neste ano, passou a oferecer uma nova alternativa para contribuintes que discutem débitos de IPTU na Justiça e já obtiveram decisão judicial com homologação de novo valor venal para o imóvel. Agora, esses casos podem ser regularizados diretamente com a Prefeitura, por meio de acordo administrativo. A medida busca simplificar o processo, reduzir a burocracia e acelerar a solução de disputas judiciais antigas de forma consensual.

Os contribuintes que possuem ações judiciais em que já tenha sido realizada perícia técnica e que tenha laudo conclusivo homologado pelo juiz com o novo valor do imóvel e, com isso, um novo valor de débito podem participar.

A Prefeitura poderá considerar, para fins de acordo, os

valores já reconhecidos pela Justiça nos processos judiciais. Isso permite encerrar a disputa judicial e regularizar o débito de forma consensual.

Funciona da seguinte forma: se o contribuinte questionou judicialmente o valor do IPTU e uma perícia ou decisão judicial definiu um novo valor para o débito, a negociação poderá ser feita com base nesse valor homologado pela Justiça.

Ou seja, se a cobrança original era de R\$ 1 milhão e a Justiça reconheceu que o valor correto é de R\$ 800 mil, a negociação poderá ser realizada considerando o valor homologado pelo juiz. O objetivo é simplificar a regularização dos débitos, reduzir a burocracia, encerrar processos judiciais antigos e proporcionar uma solução mais rápida para contribuintes e para a Administração.